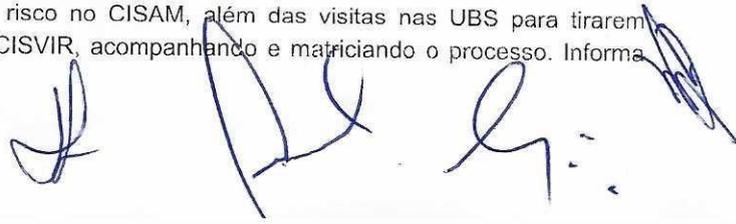
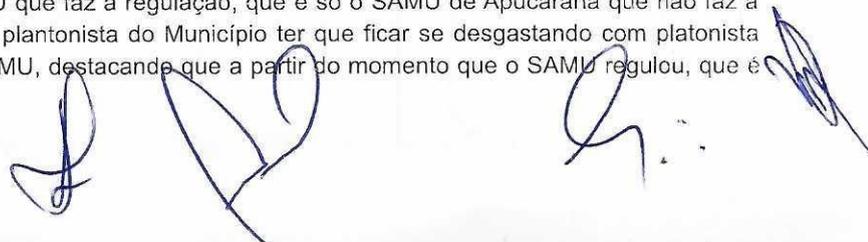


1 Ata da Reunião Plenária Ordinária Nº 304 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na data de
2 10 de agosto de 2022 às 19h30, no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes Membros: no
3 Segmento Gestores Srs. (as) Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e Elizabeth Fernandes Penha – Titular –
4 SEMUS; Segmento de Prestadores, Sras. Márcia Cristina Krempel e Heloisa Toledo Volpato; Segmento de
5 Trabalhadores, Srs. (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE; Gisele Dias Picolo – Titular – COREN e
6 Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular - SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs. (as) Antonio Jorge Magro –
7 Titular – Associação Ulisses Guimarães, Francisco Robério Peres da Cunha – Titular - Pastoral da Criança, Sérgio
8 Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA e Maria de Fátima Greggo – Titular - UAMMA. O Presidente de Mesa
9 Zanatta inicia a reunião, ensejando boa a noite a todos e realiza a contagem nominal de quorum, totalizando 10 (dez)
10 Conselheiros Titulares presentes, comunicando assim o registro dos Conselheiros que não puderam comparecer,
11 sendo: Srs. (as) Roseli Martauro Marinho; Durvalino de Almeida Filho; Sérgio Donizete Azevedo e Iyãlôrisá Joilda
12 Pereira de Jesus. Faz referência ao **1º Ponto de Pauta** - Aprovação da Ata Nº 303, e questiona se há alguma
13 observação por parte dos Conselheiros, comunicando que a mesma foi encaminhada no dia 05 de agosto, sexta feira,
14 frisa que a Ata foi longa, com o esmeiro do Secretário Moacir na apresentação do Relatório Quadrimestral – 1º
15 Quadrimestre, totalizando então 767 linhas, e não havendo imposições a Ata nº303 foi considerada aprovada por
16 unanimidade. Ato contínuo, o Presidente Zanatta pergunta se todos fizeram a leitura da Pauta e se alguém teria algum
17 acréscimo ou inclusive diante dos temas incluir algum ponto de Pauta, não havendo na ocasião posicionamento do
18 Plenário. Em continuidade, o Presidente Zanatta cita o **Item 1 - Ofícios Encaminhados: Nº64/2022** – SEMUS – Convite
19 para participação da construção da 16º Diretriz; **Nº65/2022** – Vigilância Sanitária – Convite para participação da
20 construção da 16º Diretriz; **Nº66/2022** – 16º Regional de Saúde – Reencaminhamento de solicitação para informações
21 dos valores executados pela Secretaria de Estado, referente as Contratualizações, HOSPSUS e outros; sobre esse
22 assunto informa que foi encaminhado pela segunda vez o ofício e que ainda não obteve respostas; faz referência ao
23 ofício **Nº67/2022** – Irmandade Santa Casa / Auditoria Interna – Em resposta ao Ofício nº1893/2022, Declaração, que
24 não houve queixas dos usuários das Áreas Materno Infantil e de Urgência / Emergência, relacionadas de março a junho;
25 sobre esse assunto coloca que reitera que façam a observação, que a única questão seriam trazidas pela Plenária do
26 Conselho ou questões dirigidas à Ouvidoria do Município, salientando que nesse período não tiveram nenhuma
27 informação negativa, reportando – se para o Secretário Moacir, diz que não sabe porque temática fala que o Conselho
28 tem que dar esse aval, mas que na verdade esse aval tem que ser dado pela Ouvidoria do Município. Cita o ofício
29 **Nº68/2022** – SEMUS – Convite aos profissionais que atuam junto a Coordenação e Gerência das portas de entrada e
30 Atenção a Área Materno Infantil, para participação a Plenária Nº304; **Nº69/2022** – Irmandade Santa Casa - Convite aos
31 profissionais que atuam junto a Coordenação e Gerência das portas de entrada e Atenção a Área Materno Infantil, para
32 participação a Plenária Nº304; sobre esse assunto relata que a Santa Casa já retornou de que não poderia estar
33 presente a representante da área Materno Infantil, Sra. Luciana, devido a mesma ser docente na UNOPAR, da mesma
34 forma a Sra. Verediana da SEMUS; menciona ainda que essa propositura foi feita pelo Secretário Moacir na última
35 Plenária, o qual colocou que pudesse estender essa temática novamente dentro do Conselho, sendo que esta vaga,
36 que ainda não conseguiram fazer com que a COMTEFIS (Comissão Técnica e de Fiscalização), fosse até o hospital
37 fazer a visita, que está acordada e determinada para fazer a questão do acompanhamento do Convênio do Município
38 com a Santa Casa na área Materno Infantil, que seria a primeira ação, para que depois a COMFIN entrasse nessas
39 questões. Informa que por esse motivo que foi feito ofício anterior que solicita a Regional a questão dos valores
40 executados mês a mês, ressalta que da parte desse é interessante, porque querem poder Pautar essa discussão sobre
41 a ótica no período de Pandemia, frisando que agora já saíram do período de Pandemia e que também tem um
42 expediente nesse sentido, que quer também discutir com Plenário. O Secretário de Saúde Moacir, comunica os dados
43 atualizados de 2022, que até o dia 10 de agosto, tiveram 05 óbitos infantis, com taxa de mortalidade infantil de 7,2,
44 enfatizando que desses cinco, três foram por má formação, sendo inevitáveis, que continuam com uma taxa de
45 mortalidade infantil aceitável, mas que não dá para achar que está bom, que seria melhor não ter nenhum, que tiveram
46 um caso de aborto assistido e infelizmente 02 óbitos maternos, sendo um por AVC – Acidente Vascular Cerebral e outro
47 por Acretismo Placentário, ressaltando que no ano de 2021 essa taxa de morbimortalidade era muito maior, mais que o
48 dobro. Em relações as capacitações que estão sendo feitas, o Secretário Moacir comunica que começaram esse ano
49 junto com o CISVIR – Consorcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ivaí e Região e com a SESA – Secretaria de
50 Estado da Saúde, encontros para qualificação em Assistência Pré Natal em urgências obstétricas, com as equipes da
51 Atenção Primária de Urgência e Emergência, 03 encontros presenciais com a equipe da Regional de Saúde e os
52 Agentes Comunitários de Saúde, sobre a qualificação da visita domiciliar, destacando que houve um resultado positivo
53 com a capacitação desses Agentes Comunitários; cita das capacitações de Enfermeiros e ACS com Endocrinologista,
54 que atendem gestantes de alto risco, o qual conversam com o Dr. Gabriel que atendem as gestantes de alto risco, que
55 faz parte da equipe do CISVIR, junto com a equipe médica do CISAM – Centro Integrado de Saúde da Mulher e os
56 médicos da Atenção Básica, salientando que acredita que é um investimento quando traz o médico da Atenção Básica
57 para ter uma capacitação, que não há como marcar outros horários a não ser o horário de funcionamento das UBS, que
58 por mais que eles sejam credenciados, temos mais médicos investindo neles nesse período para dar esse retorno,
59 porque a intenção nossa para esses é cada vez mais descentralizar o Pré Natal, principalmente de risco habitual e
60 intermediário, com esse matriciamento da equipe do alto risco no CISAM, além das visitas nas UBS para tirarem
61 dúvidas, tanto da equipe da Atenção Primária, quanto do CISVIR, acompanhando e matriciando o processo. Informa



62 sobre a capacitação com os Enfermeiros sobre os registros da carteira de gestantes, com sistema de controle eletrônico
63 promovido pela SESA, bem como a capacitação com os ACS – Agentes Comunitários de Saúde, sendo a última que
64 houve, sobre a busca ativa e a importância dos registros no prontuário eletrônico, que muitas vezes isso acaba
65 facilitando na hora de uma investigação da questão do Pré Natal. Enfatiza que todos sabem que conseguiram concluir a
66 compra dos Tablets, mas que não tinha como comprar os protetores e películas antes de saberem que tablet que o
67 Município compraria, que agora então conseguiram efetuar a compra dos protetores e películas, com previsão de
68 entrega na sequência, que para isso e dando continuidade será marcado as capacitações com as ACS, salientando
69 também que a IPM já sinalizou que é possível fazer o georreferenciamento dessas visitas, citando como exemplo se o
70 ACS está na casa, conseguirão mapear como estão as regiões e quais são os reais vazios assistenciais em relação as
71 visitas domiciliares, que então poderão alocar de fato as ACS onde tem os vazios assistenciais no Município, sendo
72 essas informações que gostaria de passar. Ato contínuo, o Presidente Zanatta reportando-se para o Secretário de
73 Saúde, menciona que tem no 4º Ponto de Pauta, essas informações que o mesmo traz, sobre a discussão da Rede
74 Materno Infantil e que a Conselheira Heloísa, representante da Santa Casa estando na direção e não na assistência
75 diretamente, sendo que o que havia Pautado é de conversar com a pessoa responsável pelo serviço, sendo da mesma
76 forma o Município, tendo a pessoa vinculada a Rede Materno Infantil na Atenção Básica, que seria a Sra. Verediana ou
77 ainda do CISAM, com a Sra. Juliana, que como não estão registrando a presença destas infelizmente, será suprimido o
78 ponto de Pauta, porque acredita que a dinâmica seria outra, diferente, para poderem fazer interlocuções de informações
79 junto com as pessoas da área de Atenção propriamente, sendo então suprimido o **4º Ponto** – Rede de Atenção a Saúde
80 (RAS) Materno Infantil no Município de Arapongas. O Presidente do CMS Zanatta faz referência ao **Item 02 de Pauta** –
81 **Ofícios Recebidos: Nº1886/2022** – Irmandade Santa Casa de Arapongas – Encaminhamento de Declaração Técnica
82 de Aquisição de Equipamentos, junto ao Convênio 898601/2020; sobre esse assunto coloca que a Santa Casa tem feito
83 regularmente o encaminhamento daquilo que conseguem através de Emenda Parlamentar, ressaltando que o
84 documento está nos arquivos na Sede do CMS; **Nº1893/2022** – Irmandade Santa Casa de Arapongas – Solicitação de
85 Declaração do CMS que não houve recusa pela Instituição nos atendimentos prestados na Área Materno Infantil e
86 atendimentos de Urgência / Emergência. Neste Contexto, o Conselheiro Alecsandro solicita a fala e menciona que
87 apenas para tirar uma dúvida no conteúdo do Ofício nº1893/2022, dizendo que amanhã ou depois tanto a Santa Casa
88 quanto a HONPAR podem acabar sendo penalizadas, para ter uma resposta positiva disso, por conta do fluxo de
89 encaminhamento que se tem hoje, citando que há poucos dias aconteceu em uma madrugada na HUMANIZA, que um
90 paciente deu entrada no local, sendo um caso grave e que necessitava de endoscopia, preferência de madrugada,
91 ressaltando que na Santa Casa não tinha, coincidindo bem com o período que o Dr. Pieker estava de férias e tinha
92 viajado. O Presidente Zanatta coloca que a demanda veio para estes, a questão do Materno Infantil que está sendo
93 colocado em Pauta, porque quando o Secretário de Saúde Moacir solicitou na reunião anterior, era em função de uma
94 demanda do MP, sendo uma das Pautas essa, sobre os exames que a Santa Casa oferece na área, ao que o
95 Conselheiro Alecsandro expõe que é uma colocação, que talvez o Secretário Moacir pode levar para o grupo de
96 Gestores, que essa regulação não fique a cargo do hospital, com o plantonista de pronto socorro, que passe o caso
97 para o SAMU, que acaba com a história de ter que ligar para a Santa Casa para pedir vaga por um infarto, um para
98 derrame ou por uma hemorragia digestiva, que a referência é outro hospital, mas que ficou estabelecido do final da data
99 de nascimento, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que o SAMU já apresentou da mesma forma queixa
100 nesse sentido, que se obrigaram a passar um paciente obviamente que era neurológico e que obviamente sabem que a
101 porta de entrada seria a HONPAR e não a Santa Casa. A Conselheira Heloísa expõe que o caso acontece com os
102 cardiológicos, ao que o Conselheiro Alecsandro questiona ao Presidente Zanatta se o SAMU fez essa colocação para
103 estes, tendo como resposta que sim. O Conselheiro Alecsandro afirma que quem não quer fazer regulação é o SAMU,
104 sendo também colocado pela Conselheira Heloísa que o SAMU que não quer fazer, que alegam que só transportam. O
105 Presidente Zanatta menciona que então não é SAMU Arapongas, que estão falando da Central da Regulação, que tem
106 que entender o SAMU do Município e mesmo a gerência deste, está submetida a Regulação, que quem faz é
107 Apucarana. O Conselheiro Alecsandro afirma que essa Regulação de Apucarana que precisa fazer o contato, citando
108 como exemplo que na hora que está na HUMANIZA, e se chegou um infartado, ligará no SAMU, sendo este que fará o
109 contato com o hospital, ao que o Presidente Zanatta diz que fala que a queixa é do SAMU de Arapongas, que tem
110 informações dos profissionais. A Conselheira Heloísa coloca que o SAMU não transporta se não estiver certo na Santa
111 Casa ou na HONPAR, ou qualquer outro hospital, ressaltando que se não tiver certo a vaga eles não transportam. O
112 Conselheiro Alecsandro menciona que se a regulação não tiver feita pela equipe o SAMU não leva, frisando que se é a
113 equipe que está regulando então não é preciso a regulação do SAMU, ao que a Conselheira Heloísa afirma que já
114 recebeu negativa do SAMU no sentido que a Central de leitos não ter disponibilizado a vaga porque era com urgência,
115 sendo inclusive de um caso cardiológico, porque disseram que teriam que regular vaga ZERO e o SAMU não quis
116 entrar porque disseram que não recebem para regular para Arapongas, que só transportam, que a mesma tinha que
117 entrar em contato com a HONPAR para ter a vaga. O Presidente Zanatta reporta-se para a Conselheira Heloísa
118 afirmando que obviamente não é de uma instituição para outra, tendo como resposta que eles não regulam se não
119 estiver certo a vaga. O Presidente Zanatta questiona ao Conselheiro Alecsandro o que o mesmo sugere, com a reposta
120 que seja igual a todos o Municípios, que o SAMU que faz a regulação, que é só o SAMU de Apucarana que não faz a
121 regulação, que é para acabar com a história do plantonista do Município ter que ficar se desgastando com platonista
122 com hospital A ou B, sendo que o papel é do SAMU, destacando que a partir do momento que o SAMU regulou, que é

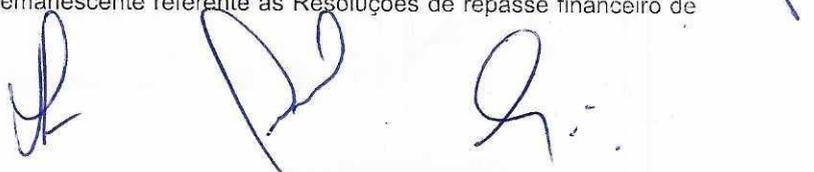


123 um AVC e regulou para HONPAR ou uma pneumonia, ao que nessa ocasião o Presidente Zanatta afirma que tem duas
124 situações para fazer, sendo uma gerar uma demanda via ofício para o SAMU e outra convidar a Coordenação do SAMU
125 para se apresentar no Conselho e conversarem. A Conselheira Heloísa diz que essa questão inclusive os Obstetras
126 reclamam muito e que gerou já muito desgaste, que foi colocado em Pauta, reportando-se para o Secretário Moacir,
127 dizendo que o obstetra já teve que ligar para Apucarana para transferir uma gestante de alto risco, porque passou pela
128 Santa Casa e precisou transferir, que isso enquanto não tiver o contato lá do nome do médico que receberá o paciente,
129 afirmando que o SAMU não faz a regulação, que então reclamam que trabalham em outros Municípios e não acontece
130 e não tem, se é alto risco e a referência é em Apucarana, não tem que ficar ligando, expõe. O Presidente Zanatta
131 menciona que tem que comunicar o traslado, ao que o Conselheiro Alecsandro explana que a mesma coisa é uma
132 gestante de alto risco que dá entrada na UPA ou na HUMANIZA, que não aceitam direto para Apucarana, que tem que
133 mandar para a Santa Casa primeiro, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que nem a falta de leito justifica a
134 não transferência, que nem a ocupação cheia lá, justifica ficar com a paciente de alto risco, porque ela é de risco
135 daquele nível, que então lá sem leito, mas não aqui com leito, que obviamente fica sobre a responsabilidade do médico
136 até a paciente chegar lá, sendo em tese partilhada com a Rede SAMU que é quem faz o transporte. O Conselheiro
137 Alecsandro diz então que sugere já que a portaria da Rede SAMU estabelece como é feito a regulação, que fosse
138 tomada uma deliberação que de direito em relação a isso, comunicando o SAMU, que a partir dessa data em respeito a
139 portaria a regulação nem pela UPA, nem pelos 18 horas. O Presidente Zanatta questiona ao Secretário de Saúde e
140 Conselheiro Moacir o que o mesmo acha, tendo como resposta que anteriormente havia sempre essa discussão de
141 tanto a HONPAR quanto a Santa Casa de terem contato com o Estado, sendo mais na parte da Média Complexidade e
142 a Alta Complexidade a HONPAR, que ao se depararem com várias situações de não saberem para onde
143 encaminhariam, que não sabe a quanto tempo decidiu-se como se fosse um acordo de cavaleiros e que dividiu-se as
144 datas, frisando que uma coisa é dividir pelas datas de nascimento e essas funcionar, que outra coisa é quem é
145 referência para determinados tipos de datas. A Conselheira Heloísa coloca que foi nessa reunião que foi chamada a
146 grade de referência, que até encaminhou para o SAMU, inclusive a Ata que consta a grade de referência, que
147 ocorrência leve a referência é a Santa Casa, ao que o Presidente Zanatta expõe para a Conselheira Heloísa que já
148 ficará o pedido da Mesa para que a mesma providencie essa documentação ao Conselho, sendo que o Conselho não é
149 detentor dessa informação, ressaltando novamente que precisam que a mesma encaminhe esse documento. O
150 Secretário Moacir menciona que essa dificuldade que a própria regulação tem, acha que tem que deixar claro muitas
151 coisas, que a Santa Casa não tem competência técnica para solucionar e que muitas vezes é encaminhado, ao que o
152 Presidente Zanatta cita que é encaminhado e provavelmente ser reencaminhado para outro hospital. Em continuidade,
153 o Secretário Moacir coloca como um exemplo de uma situação mais crítica que está passando agora a Santa Casa, que
154 a tomografia não está funcionando no local, porém muitas vezes tem que levar para lá, ocasionando um problema para
155 HONPAR e depois o paciente volta a Santa Casa, ressaltando que então essa questão do contrato ou se tem de fato
156 uma referência ou deixa de ter, ou suprime, ou potencializa recurso de um lado e suprime de outro, salientando que
157 agora a omissão do Estado nessa coordenação a partir do momento que tem um contrato a ser gerenciado, que reflete
158 em todas as outras questões que estão passando, a ponto de chegar a pegar um paciente na Santa Casa com
159 transporte sanitário do Município e levar para fazer um exame e voltar, que daí não pode dar entrada no mesmo
160 paciente em dois hospitais, frisando que é uma situação muito crítica. O Conselheiro Alecsandro cita que ou data ou
161 resultado de exame alterado que tem que ser colocado na Central de Leitos para voltar. A Conselheira Márcia expõe
162 que o problema começa que a Santa Casa aceita pacientes que não tem condições de atender, tendo como resposta
163 pela Conselheira Heloísa que o problema é que colocam o paciente dentro do local e saem, com afirmação pela Sra.
164 Márcia que para isso existe uma tabela, do que precisará, do nível de gravidade, e que se precisa de tomografia nem
165 vai para a Santa Casa, sendo dito pela Conselheira Heloísa que essa é a grade que ficou estipulada, que inclusive
166 encaminhou para o SAMU via ofício. O Presidente Zanatta solicita novamente para a Conselheira Heloísa que a mesma
167 encaminhe essa documentação, que será feito manifesto do Conselho direcionado à coordenação do SAMU, que acha
168 ser da Regional, sendo então comunicado pela Sra. Márcia que a Regional está montando um grupo, ao que o
169 Secretário Moacir afirma que justamente para que seja revisado todas essas questões atualmente, de como que está o
170 quadro de um como o de outro. A Conselheira Heloísa expõe que foi uma demanda que levou para a Regional, por
171 conta dessa problemática, ao que o Secretário Moacir diz que isso pode haver confusão do Regulador na hora de
172 encaminhar. Na ocasião o Presidente Zanatta questiona ao Secretário Moacir se quando este fala de acordo de
173 cavaleiros, se é entre os Prestadores, tendo como resposta que o Estado mediou essa discussão, com nova indagação
174 pelo Presidente Zanatta de quem são as partes e sendo respondido pelo Secretário Moacir que foi Município, Estado e
175 Prestador. A Conselheira Márcia coloca que teve uma equipe muito grande que participou dessa discussão, que foi a
176 questão da grade, que foi amplamente discutido essa questão das datas de aniversário, que foi na Gestão da mesma,
177 que então foi todos que participaram, citando Secretaria de Saúde, UPA, Santa Casa. O Conselheiro Alecsandro afirma
178 que isso cedeu porque antes tinha a história que a Santa Casa só atendia nas segundas, quartas e sextas-feiras, e o
179 João de Freitas, terça, quinta, sábado e domingo, que logo na primeira semana na Conselheira e ex Secretária Sra.
180 Márcia, estabeleceu que não existe isso de hospital que funciona dia sim e dia não, que é 24 horas por dia em um dia,
181 que então pautou-se essa discussão, que foi muito bem montado e aceitado na época, ressaltando que se chegar uma
182 gestante hoje no pronto socorro o destino dela será a Santa Casa e não a HONPAR, que se chegar uma criança vai
183 para a Santa Casa e um chegou um TCE – Trauma craniocerebral grave, um AVC ou um infarto terá que ir para aonde

184 resolve a demanda. O Presidente Zanatta expõe que hoje um TCE leve é a HONPAR, se a Santa Casa não está com
185 tomógrafo, que foi isso que gerou a demanda do SAMU de queixa nesse sentido, que mesmo não tendo tomógrafo na
186 Santa Casa estão levando neurológico para a Santa Casa, tendo como resposta pelo Conselheiro Alecsandro que se
187 estão levando neurológico para a Santa Casa, a regulação do SAMU não é para levar. A Conselheira Márcia expõe que
188 tem que mudar a grade, que aquela grade que foi abordada já não está servindo. O Presidente Zanatta reporta-se para
189 a Conselheira Márcia e para o Secretário Moacir e diz que apenas precisa que reforcem do que está sendo montado, se
190 é uma equipe para reavaliar essa condição, tendo como resposta pela Conselheira Márcia que receberam um ofício da
191 Regional, para indicar dois nomes, sendo um médico e um técnico administrativo para comporem um grupo de
192 discussão de trabalho da Regional, ao que o Presidente Zanatta expõe que será feito é um contato primário e receber a
193 documentação, para saberem o que podem colaborar nesse sentido e reportando-se para o Conselheiro Alecsandro
194 informa que a demanda do mesmo foi acatada. Ato contínuo, o Presidente Zanatta faz nova referência a Pauta, citando
195 o **Item 02 – Ofícios Recebidos: Nº522/2022** – SEMAS – Informações da relação de Entidades Inscritas junto ao
196 Conselho Municipal de Assistência Social; e sobre esse assunto menciona que conforme demanda estabelecida no
197 Comitê de Saúde Mental e transitada no Conselho Municipal de Saúde foi solicitado as Entidades inscritas e que o
198 Conselho Municipal de Assistência Social possui quatro Entidades inscritas, que o Conselho Nacional de Assistência
199 Social tem sete Entidades inscritas, que difere do Município, que conseguiram visitar somente uma Entidade, que
200 descobriu-se que a Entidade não faz nenhuma assistência a não ser o acolhimento eventual de pacientes que estão
201 dentro da área hospitalar, que não sedem outros tipos de demandas, que então esse procedimento está em andamento
202 de reconhecimento daquelas Entidades e das demandas que o Conselheiro Alecsandro gerou. Cita o ofício
203 **Nº0282/2022 – SEMUS/GESTÃO SUS** – Solicitação de aprovação pelo CMS para participação da Resolução
204 nº870/2021 – Do Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação
205 Multiprofissional e Reabilitação da Síndrome Pós COVID -19, informa então que foi feito um encaminhamento dessa
206 natureza; cita o **Memo Nº263/2022** – Diretoria de Gestão em Saúde – Informações da suspensão das avaliações das
207 metas quantitativas e qualitativas de média complexidade ambulatorial e hospitalar e a retomada desta; sobre esse
208 assunto, informa que foi conversado com os Conselheiros Alecsandro e Robério sobre essa Pauta, que foi recebido
209 ofício que foram suspensas novamente as avaliações das contratualizações, que não foi dado maiores explicações, que
210 estão pensando novamente em acompanhamento daquelas informações anteriores dos valores recebidos de mês a
211 mês, de saberem então porque essas avaliações não foram feitas, que não sabe se as Conselheiras Márcia ou Heloísa
212 tem alguma informação, ao que a Conselheira Heloísa diz que é por conta da lei, que o Presidente Bolsonaro tinha
213 vetado a lei e o Congresso derrubou o veto dele, aprovando a suspensão das metas quantitativas e qualitativas de
214 janeiro a junho, ao que o Presidente Zanatta questiona se estão no período de Pandemia, ou não, tendo como resposta
215 pelos Conselheiros (as) Alecsandro, Heloísa e Márcia que estão, que ainda é considerado Pandemia e só quando a
216 Organização Mundial de Saúde falar que não, diz o Conselheiro Alecsandro. O Presidente Zanatta indaga se ao
217 Plenário se tem alguma ponderação a fazer sobre isso e não havendo o Presidente Zanatta expõe para a Conselheira
218 Márcia que o que fica é que estes não tem a informação do que está sendo feito, que logicamente não estão parados,
219 que não estão nas mesmas condições que estavam ao final de 2020 (dois mil e vinte), 2021 (dois mil e vinte e um),
220 época de Pandemia, que considera-se franco o processo pandêmico o que não é o que está acontecendo mais hoje,
221 sendo pontuado pela Conselheira Márcia que ainda estes tem leitos reservados para COVID, que não estão ocupados,
222 ao que a Conselheira Heloísa expõe que isso tudo pelos reflexos que trouxe, o aumento de Material médico hospitalar
223 que isso refletiu. A Conselheira Márcia diz que o que está refletindo de consequência Pós Pandemia é a crise mundial,
224 que falta contraste, não tendo para fazer exame, ressaltando posteriormente que tem, porque foi feito uma
225 administração de compras de uso consciente, que tem poucos, que estão reservando para urgência/emergência, ou
226 para pacientes que estão internados, que então isso não é problema HONPAR, Paraná ou Brasil, que isso é mundial,
227 que está faltando contraste no mundo, que o problema é China, que está faltando medicamento e um monte de
228 "tranqueirinhas" que está complicando a questão da assistência, que tem problemas, que há médicos reclamando que
229 estão ociosos, questionando cadê os pacientes, citando que a cirurgia geral está reclamando, vascular estão
230 reclamando, que os pacientes desses estão indo para outros Municípios, que isso é uma outra coisa que precisam ver.
231 O Presidente Zanatta menciona para a Conselheira Márcia que as metas não estão conseguindo cumprir, tendo como
232 resposta pela Conselheira Márcia que quase cumprem, que muitas vezes não é pela questão de falta de profissional ou
233 falta de leitos, frisando que não sabe quem está regulando esses pacientes, que se forem ver que Ivaiporã está levando
234 um monte de pacientes do Município e Jandaia está levando pacientes da HONPAR, questionando o que justifica, que
235 não sabe mas que estão agendando pacientes para Jandaia, Ivaiporã. O Conselheiro Alecsandro expõe que a
236 regulação de consultas que é aonde poderiam regular para o Município, regulam para "o raio que o parta", que o SAMU
237 que tinham que regular aqui, não regulam, ao que o Secretário Moacir informa que já conversaram na Regional, que
238 pensou que essa discussão fosse feito pelo menos em âmbito Macro Regional, que conseguem marcar os pacientes
239 nas vagas que estão aparecendo na tela independente do local, afirmando que isso tem acontecido mesmo, de
240 pacientes de outras regionais muitas vezes vindo para o Município e os daqui sendo referenciados para outros locais,
241 diz que Jandaia está com uma problemática um pouco mais séria em relação a contratualização. A Conselheira Márcia
242 informa que ofereceram 700 (setecentas) cirurgias vasculares no Opera Paraná, ressaltando que deram para estes 30
243 (trinta), ao que o Presidente Zanatta questiona para a Conselheira Márcia, se isso está dentro da contratualização,
244 tendo como resposta pelo Secretário Moacir que isso é dentro do Opera Paraná, fora da Contratualização. O

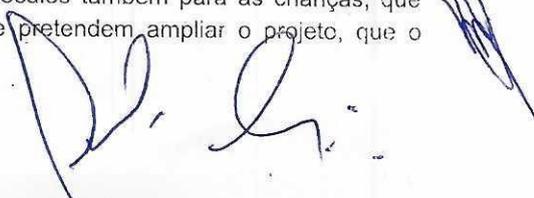
245 Conselheiro Robério questiona à Conselheira Márcia, se este marcar uma consulta com os médicos para uma consulta
246 e dar início há um tratamento, para posteriormente ser realizado o procedimento cirúrgico como fará para agendar essa
247 consulta, tendo como resposta que é pelo G-SUS e o Conselheiro Robério menciona que então irão parar novamente
248 na Regional que não regula para o hospital para passar nessa primeira consulta, que muitas vezes nas reuniões com a
249 Regional questionava o porque não conseguia agendar uma consulta de um paciente na HONPAR, que isso é há 07
250 (sete) anos atrás, sendo pontuado pelo Conselheiro Alecsandro que nessa época a resposta era outra, que tinha o
251 negócio da taxinha, que era escandaloso, que aí não agendavam, tendo novamente afirmação pelo Conselheiro
252 Robério que mesmo assim não tinha a possibilidade de agendar no sistema a consulta, que o questionamento nas
253 reuniões sempre era de qual o sistema para agendar, o porque não conseguia abrir a tela no sistema e achar, citando
254 como exemplo: consulta vascular – HONPAR, frisando que não tinha isso, havendo resposta pela Conselheira Márcia
255 que tem, com novo questionamento pelo Conselheiro Robério, se tem, porquê não consegue. Em continuidade a
256 Conselheira Márcia orienta que tem um quantitativo só que é distribuído por per capita para os 17 (dezesete)
257 Municípios da Regional e que tem algumas situações, alguns procedimentos e exames que também são ofertados para
258 outras Regionais, citando 18ª, 17ª, 22ª, ao que o Conselheiro Robério questiona se isso é para exames, tendo resposta
259 positiva pela Conselheira Márcia, com pontuação novamente do Conselheiro Robério que o mesmo fala é de consultas,
260 com resposta desta que consultas também, o Conselheiro Robério menciona da per capita, dizendo que somos a
261 segunda maior per capita dentro da Regional, ao que o Secretário Moacir orienta que o hospital não é referência só
262 daqui, mas referência macro, e muitas vezes pega Ivaiporã e Jacarezinho, salientando que muitas vezes falta aqui e
263 que nessa distribuição proporcional acaba tendo menos vagas do hospital dentro do Município ou o mesmo número de
264 vagas do que Jacarezinho e Ivaiporã, que a Regulação do Estado tem feito isso de uma maneira sistemática, não só
265 aqui, que prejudicou muito, que acredita em todos os Gestores, mas que diálogo não está tendo e que precisam
266 trabalhar com o que tem, que isso é uma crítica. O Presidente Zanatta reportando-se para o Secretário e Conselheiro
267 Moacir questiona como não está tendo diálogo se o Município é o Gestor, tendo como resposta que não tem diálogo no
268 nível Central, com pontuação do Presidente Zanatta que o Município é o Gestor de si, que tem que impor ou expor para
269 o Estado quais são as necessidades que ele tem e que o Estado tem que acatar, com nova resposta pelo Secretário que
270 o Planejamento Regional Integrado que começou e parou, que está voltando, pelo menos para trazer quais são as
271 maiores demandas, enfatizando que se vai ter uma mudança nessa oferta é outra história, orientando ao Presidente
272 Zanatta que é como se eles pegassem um pacote e vissem todos os hospitais e as referências do Estado todo e
273 dividido per capita independente se tem que ir para um lugar ou outro do Estado, que se quer tiveram o cuidado de
274 trazer quem é do mesmo lugar, que as vezes o hospital está dentro da Cidade e tem que ir para outro, que resumindo
275 hoje tem essa situação, ao que o Conselheiro Robério expõe que isso onera todo o sistema, com o transporte e tudo
276 mais, para levar o paciente para fora. A Conselheira Márcia reportando-se para o Presidente Zanatta menciona que o
277 que chama atenção é o Opera Paraná, que é uma coisa que foi feita agora, que é um recurso diferente e que
278 consultaram os Municípios, sendo que foi mandado as necessidades, enfatizando que o hospital mandou a
279 disponibilidade ofertando 4.000 (quatro mil) cirurgias, que foi aprovado 1.000 (um mil), que de 700 (setecentas) cirurgias
280 de vascular, deram 30 (trinta) para estes, abordando que Ivaiporã ganhou 200 (duzentas) e outro ganhou
281 300 (trezentos), que é essa desproporção, e com tom interrogativo questiona quem fez essa distribuição. O Secretário
282 Moacir relata ao Presidente Zanatta que só para o mesmo ter uma noção, até o meio do ano não foi feito nada do Opera
283 Paraná na Região, que o Município de Apucarana é o único de Gestão Plena, que ele tem que ter total autonomia, pelo
284 fato de ser Pleno, que todos os Municípios da Região são referência Estadual, afirmando também que todas as cirurgias
285 que foram feitas na Região, com exceção de Apucarana durante esse período foram todas custeadas pelos Municípios
286 via Consórcio, citando as cirurgias ginecológicas, algumas cirurgias de catarata que agora são feitas na HONPAR, ao
287 que o Presidente Zanatta questiona se não está na hora de ganhar a Gestão Plena, tendo com o relato pelo Secretário
288 Moacir que os Municípios menores, tem realizado cirurgias ortopédicas pelo CISVIR – Consórcio Intermunicipal de
289 Saúde do Vale do Ivaí e Região, devido essa inoperância do Estado em querer dar suporte. O Presidente Zanatta expõe
290 que o seu princípio de questionamento como profissional de Saúde, assim como o Conselheiro Alecsandro acreditar que
291 estão em Pandemia ainda, que nega, que não é negacionista, ressaltando que está vendo que não tem Pandemia, que
292 está assistindo que não tem Pandemia, que está vendo os leitos no hospital que estão credenciados e ociosos, que está
293 vendo o índice de morte e as populações nas ruas, que está vendo as ações e Decretos Estaduais e Municipais, que
294 isso está claro e obvio, que a situação é que o Estado faz um recurso Opera Paraná, sendo uma coisa que
295 desconhecia, que não estava operando aqui, enfatizando que o Estado tem um recurso na Contratualização que está
296 dispensando o primeiro de metas ou não estão nem analisando, mas que os recursos estão sendo repassados,
297 afirmando que isso acha ser imperfeito, de continuar repassando recursos para os hospitais sem ter produção cirúrgica,
298 sem ter serviço ofertado e de quantos volumes adequados, ao que a Conselheira Márcia pontua que passa
299 proporcional, sendo então colocado pelo Presidente Zanatta que se tem e passa, nem no Portal da Transparência está,
300 que são as avaliações das contratualizações, e da informação ser politizada e democratizada para toda a comunidade e
301 inclusive para os Conselhos Municipais, afirmando novamente que isso não está acontecendo, que é errado e
302 imperfeito por parte do Estado, continuarem avançando sobre Decreto Federal essa coisa de não fazer avaliação dentro
303 dos Municípios em uma dinâmica que tem o potencial hospital HONPAR para o Estado do Paraná é imperfeito, expõe,
304 que isso é uma situação para o Ministério Público do Estado questionar o Estado, frisando que o porque é que estão
305 questionando os valores e que nem isso está sendo oferecido pela Regional de Saúde, que estes tem as informações

306 dos repasses, que podem não ter sido feito as avaliações. A Conselheira Heloísa menciona que na verdade foram feitas
307 as avaliações nesse período e que agora é que mandaram a suspensão, ao que o Presidente Zanatta responde que
308 foram feitos dois meses, que foi feito o HOSPSUS e não a contratualização, com afirmação da Conselheira Heloísa que
309 o HOSPSUS foi apenas um. Com a palavra a Conselheira Márcia expõe para o Presidente Zanatta que se o mesmo é
310 contrário a pagar na média para estes é prejuízo, porque voltaram a produzir conforme as metas, que então vão avaliar
311 e pagar por média, que vão "brigar", que tem muitas coisas que estão fazendo, pedido de pagamento administrativo,
312 afirmando que extrapolaram muito a meta, que a quimioterapia é o exemplo clássico, que acredita ter 222 (duzentas e
313 vinte e duas) quimioterapias contratadas, mas que estão fazendo mais de 600 (seiscentos) por mês, que então estão
314 cobrando administrativamente, mas que pagam quando querem, ou pagam uma parte e precisam pedir novamente. O
315 Conselheiro Alecsandro coloca que tem que ser feito igual Londrina, suspender a quimioterapia e só fazerem 222
316 (duzentas e vinte e duas) por mês, e começará a morrer gente. O Secretário Moacir comunica ao Plenário se viram que
317 o hospital Evangélico pediu o descredenciamento na data de hoje da Materno Infantil, que o alto risco do Evangélico
318 descredenciou, com base em toda a questão que estava acontecendo. O Presidente Zanatta cita que na
319 contratualização o Estado coloca tudo, menos Materno Infantil, que o Estado contratualiza toda a Atenção em Saúde
320 Hospitalar, menos a Materno Infantil, que nesta tem o HOSPSUS, que não dá sustentabilidade financeira para os
321 hospitais, frisando que isso não é o problema do Estado, que esse problema financeiro para os pequenos hospitais, ou
322 os hospitais maternidade igual Apucarana, salientando que com certeza dá prejuízo e que paga diferente, citando como
323 exemplo Astorga, que é um modelo diferente do que pagam aqui, que a outra questão que pensa particularmente, é que
324 se o Estado é detentor da Gestão Hospitalar em todos aqueles não são a Gestão Plena, ele tem que custear e não ser
325 o custeado, frisando que tem que custear e não custeia, que no entanto ficam distribuindo recursos sem o cumprimento
326 de metas em outras áreas. O Secretário Moacir relata que na Região tem três hospitais como última reunião recente,
327 que teve pessoas de Faxinal e Jandaia em reuniões distintas, e que esse contrato que se tem como exemplo na
328 Materno Infantil, que o hospital de Jandaia dó está de pé porque tem um termo de Fomento lá, que o Estado cada vez
329 mais abriu mão de responsabilidade na média e alta complexidade, que essa discussão que tem que ser levada de uma
330 maneira mais forte, para que tenha um repasse mínimo para ter mais sustentabilidade, assim como a questão da
331 Hiperbárica que a capacidade que a HONPAR tem hoje de ofertar a Hiperbárica hoje é muito maior do que a
332 contratualização do Estado, que enquanto tem equipamentos ociosos e uma demanda reprimida na Regional a merce
333 de avaliação de auditores, sem dar a devida prioridade, com pacientes com feridas e outros tipos de problemas batendo
334 na porta destes todos os dias, que essa discussão precisará ter em algum momento, independente se continuará o
335 Governo do Estado ou não, tem que sair de uma maneira mais forte enquanto Região de Saúde, enfatiza que essa
336 Pauta é muito forte, porque daqui a pouco entrará em colapso todo mundo, que o CISVIR a curva está cada vez maior,
337 que os Municípios pequenos estão pagando cirurgias ortopédicas pelo CISVIR atualmente, porque não tem referência.
338 A Conselheira Márcia explana que o quantitativo de cirurgia ortopédica que ofereceram no Opera Paraná, daria fim em
339 toda a fila, citando: ombro, quadril, joelho, pés, de ligamento cruzado, salientando que cortaram, que simplesmente não
340 deram para ninguém, que não sabe. O Conselheiro Alecsandro questiona como exemplo quantas bariátricas foram
341 feitas esse ano, tendo como resposta pela Conselheira Márcia que foram mínimas, destacando que estes tem
342 capacidade de atender, que há leitos e médicos, que tem equipamentos, mas que não mandam o paciente como
343 mandam dinheiro, que ouviram claramente do Governo Estadual, que estes não tem interesse em hospitais particulares
344 e filantrópicos, que querem fortalecer a Rede Pública, os pequenos hospitais Municipais e Estaduais que estão
345 próximos do cidadão, que tem um slogan, para estes não se meterem porque simplesmente são Prestadores e não
346 Gestores, ao que o Presidente Zanatta pergunta de quem, sendo respondido pela Conselheira Márcia que não falaria o
347 nome, mas que são palavras textuais de alta gerência do Estado, "não temos interesse em hospitais privados,
348 particulares e filantrópicos, nos queremos fortalecer os a nossa rede pública". A Conselheira Heloísa expõe que estão
349 estruturando tanto que está faltando de tudo no hospital da zona norte e zona sul, que o próprio usuário está fazendo
350 denúncia por falta de medicamentos básicos. O Secretário Moacir diz que apenas complementando a questão da
351 bariátrica, que tiveram casos de pacientes de outras regionais serem referenciados para este Município e a equipe
352 pronta para fazer e desta Região não mandando nada, que novamente na 16ª Regional de Saúde não havia Auditor
353 para realizar a auditoria de todos os processos, mesmo com essa mudança nos processos, burocratizando mais, que
354 enfim sendo esse caminho que foi estabelecido, salientando que se não tinham nem Auditor, que agora foram liberados
355 09 (nove) pacientes para futuro agendamento. A Conselheira Márcia relata que quando fizeram o corte de bariátricas
356 tinham 40 (quarenta) pacientes já auditados e liberados, pronto para serem operados, salientando que suspenderam
357 tudo, ao que o Conselheiro Alecsandro menciona que são esses 40 (quarenta) que estão ocupando as UTI da Santa
358 Casa e João de Freitas com as comorbidades, que todo mês internam, com nova pontuação da Conselheira Márcia que
359 a fila destes de bariátrica acredita estar quase 300 (trezentos). Ato contínuo, o Presidente Zanatta retoma novamente a
360 Pauta, o qual faz referência ao **Item 02 – Ofícios Recebidos - SEMUS – Plano de Aplicação Financeiro – Resolução**
361 **SESA nº1.103/2021 – Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – Informações do valor recebido em**
362 **2021 para custeio de capacitações profissionais e reforma e manutenção do prédio da Vigilância Sanitária; sobre esse**
363 **assunto pontuo o Item 3 – Resoluções**, destacando que diante disso foi realizado a Resolução Nº09/2022 - Aprovação
364 AD Referendum o Plano de Aplicação, por meio do Programa ProVigIA – PR para o repasse de R\$ 103.829,58 (cento e
365 três mil, oitocentos e vinte nove reais e cinquenta e oito centavos), em conformidade com a Resolução SESA
366 nº1.103/2021, Art.11 que dispõe sobre uso de saldo remanescente referente às Resoluções de repasse financeiro de

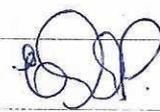
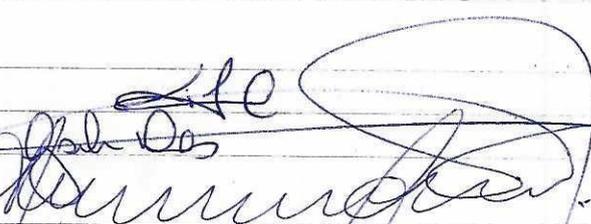
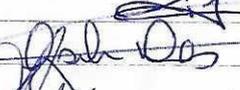
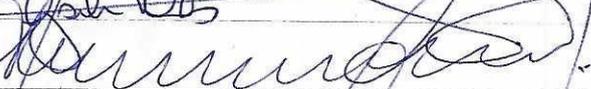
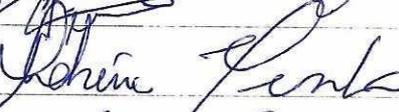
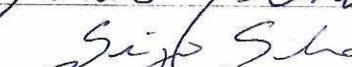


367 exercícios anteriores do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde, o qual será utilizado conforme
368 segue: Reforma e manutenção do prédio da Vigilância Sanitária, com valor estimado de R\$80.829,58 (oitenta mil reais,
369 oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos); e Realização de capacitações específicas com conteúdo;
370 da vigilância em saúde, para todos os profissionais com vínculo, sendo valor estimado de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil
371 reais); submetendo ao Conselho a aprovação desta Resolução Ad Referendum e não havendo nenhum impedimento a
372 mesma foi aprovada por unanimidade. Cita a **Resolução N°08/2022** – Aprovação do Conselho Ad Referendum sobre os
373 itens a serem adquiridos pelo Município em conformidade com a listagem encaminhada pela SEMUS para participação
374 da Resolução nº870/2021 – Do Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de
375 Reabilitação Multiprofissional e Reabilitação da Síndrome Pós COVID - 19; sobre esse assunto informa que o Município
376 ainda não apresentou a lista para estes, tendo como resposta pelo Secretário Moacir que é uma Resolução com itens já
377 predefinidos, como todas as Resoluções da SESA, com uma lista maior que a quantidade de recurso destinado, que
378 estão focados no que tem hoje de capacidade de atendimento na Clínica de Fisioterapia, sem perspectiva alguma de
379 atendimento de mais de 35 (trinta e cinco) mil pessoas, que foi colocado esse pacote de todos que pegaram COVID,
380 frisando que conforme a demanda que tem surgindo já tem conseguido atender nas condições que se tem, salientando
381 que essa Resolução veio para auxiliar nesse sentido e potencializar o atendimento da Clínica, que já é feito inclusive,
382 destaca que a UNOPAR começou recentemente também, com os acadêmicos de fisioterapia, tendo a perspectiva de
383 avançarem na oferta de serviços na Clínica dentro de algumas especialidades específicas, que não descartaram a
384 possibilidade de realizarem ou por um novo credenciamento ou próprio ou do CISVIR a Clínica de Fisioterapia da
385 UNOPAR. Neste contexto, o Presidente Zanatta submete a aprovação do Plenário a Resolução N°08/2022, quanto ao
386 implemento ao Município de solicitação de incentivo de recursos financeiros para equipamentos Pós COVID, ao que a
387 Conselheira Márcia questiona qual o montante do recurso, tendo como resposta pelo Secretário Moacir que é R\$20 mil
388 (vinte mil reais) de capital e R\$ 10mil (dez mil) de custeio, e não havendo posicionamento contrário a Resolução
389 N°08/2022 foi aprovada por unanimidade. Em continuidade o Presidente Zanatta cita o **Item 4** – Convite do Controle de
390 Endemias de Arapongas – Abertura do 1º Encontro Regional Antiveterinário; sobre esse assunto informa que o convite foi
391 externado a todos e questiona ao Secretário Moacir se o mesmo gostaria de fazer algum comentário, ao que o
392 Secretário e Vice-Presidente Moacir comunica que foi muito bacana todo os três dias, que a maioria dos Municípios da
393 16ª Região estiveram presentes, tendo em média de 160 a 170 participantes por turno, que foi pesado para quem
394 organiza, que a Coordenação de Endemias, Sr. Valdecir Pardini e a sua Equipe organizaram e tiveram bastante
395 autonomia inclusive para conversarem com outros colegas e fecharem a Pauta, que tem o Sr. Sebastião que é biólogo e
396 trabalhava no Rio de Janeiro, que conseguiu a transferência do Governo para o Município, fazendo hoje parte da
397 equipe, que tem uma articulação muito boa com o pessoal da FIOCRUZ, o qual terminou o mestrado recentemente,
398 assim como outros profissionais tanto de Maringá, como do Município de Foz do Iguaçu, salientando que foi o primeiro,
399 mas com perspectiva de seguirem no calendário principalmente nesse início de ciclo epidemiológico, de poderem
400 capacitar não apenas os profissionais de Arapongas, mas dando oportunidade para outras regiões, que tem Municípios
401 menores que muitas vezes não tem essa condição e capacidade de organizar um evento como esse, de poderem trazer
402 esse pessoal, que também é uma forma de também dar uma resposta, diante do quadro que passaram nesse último
403 ciclo, que foi muito crítico, o qual tiveram mais casos de Dengue e além disso óbitos, de conscientizarem também a
404 população. O Secretário Moacir afirma que tiveram muitas negativas de permissões de visitas dos Agentes durante esse
405 ciclo, relatados pela própria equipe, de então discutirem novas estratégias de monitoramento e de vigilância, que tem
406 um projeto que já estão estruturando de vigilância contínua, por meio das ovitrampas em alguns bairros específicos,
407 citando como exemplo na Região do Flamingos, que foi aonde tiveram um dos maiores índices nesse último ciclo,
408 salienta ainda que tiveram certificado e que foi um evento gratuito, que o Município só tinha que disponibilizar a
409 condição para que as pessoas pudessem participar, frisando também que o feedback que tiveram foi positivo, que não
410 tiveram custo nenhum com a vinda dos palestrantes, que não tiveram cobranças de hora aula ou curso a não ser algum
411 apoio logístico da viagem, como passagem e estadia, destacando ter sido bacana essa parceria. O Presidente Zanatta
412 questiona se não existe mais o Setor de Entomologia que havia no Município, tendo como resposta pelo Secretário
413 Moacir que existe, mas que hoje este não faz um papel efetivo dentro do Município, que hoje todas as análises não são
414 feitas no local mais e sim no Laboratório Regional. Com a retomada de Pauta o Presidente Zanatta faz referência ao
415 **Item 5** – Errata– Ata nº299 – Linha nº131 – áudio 15:35s; sobre esse assunto, informa ao Plenário que a Secretária
416 Executiva fez uma errata, que chamou a atenção, por terem feito a leitura da Ata N°299, que descobriu que o
417 Conselheiro Robério fez uma fala estranha, quando o mesmo estava fazendo um comentário sobre as demandas do
418 Ministério Público e sobre a Comissão de Avaliação ainda sobre a denúncia contra a HONPAR, na questão das taxas,
419 conforme o Conselheiro Alecsandro acabou de citar, fazendo então a leitura da Ata nº299, linhas 124 a 131, na qual
420 constava que “é um Ministério Público ineficiente”, que foram se apegar na gravação, salientando que a Secretária
421 Giziele escutou errado, comunicando para o Conselheiro Robério que a fala deste é “ir ao Ministério Público requisitar
422 isso”, informando então que está na gravação, se alguém quiser escutar e reportando-se para o Conselheiro Robério
423 diz se o mesmo também, enfatizando novamente que chamou a atenção, não tendo a lembrança de uma fala nesse
424 sentido, que fez então uma errata da Ata N°299, sobre esse único ponto, que a mesma está a disposição dos
425 Conselheiros e será publicada no site do Município. Em continuidade o Presidente Zanatta cita o **Item 6** – Atualização
426 Cadastral – sugestões quanto a ausências nas Plenárias – verificação das listas de presença e atualização cadastral
427 não recebidas; sobre esse assunto informa que há 04 (quatro) Entidades que não deram resposta ainda e algumas

428 deram parcialmente, mencionando que assim como a do mesmo; HONPAR, salientando que será reencaminhado esse
429 pedido e queria saber destes, que é obrigação dos Conselheiros, ao que a Conselheira Márcia afirma que responderam,
430 tendo a pontuação do Presidente Zanatta que não sabe, porque está com a grade, mas que a Secretária Executiva Sra.
431 Giziele fez uma grade, estando no celular do mesmo, que não mexerá para não parar a gravação, enfatizando
432 novamente que será reencaminhado, que é só para lembrar que tem uma situação cadastral e que todos devem estar
433 atentos. Cita o **Item 7** – Informações sobre a COMFIN; sobre esse assunto coloca que ficará suprimido em definitivo,
434 sendo que é uma informação que a Conselheira Iyalórisá Joilda queria apresentar. Faz referência ao **3º Ponto** –
435 Aprovação de nova Unidade Básico de Atenção Móvel de Urgência - SAMU; sobre esse relata que receberam uma
436 demanda do SAMU, o qual solicitaram que autorizassem e fosse colocado para análise, para que possam aumentar a
437 Rede de Atenção Móvel de Urgência através do credenciamento de mais uma Unidade de Suporte Básico, que esse
438 caso em específico já existe um veículo, ao que o Secretário Moacir frisa que é um veículo próprio que foi colocado com
439 uma equipe, para realizar o suporte a partir do momento que a VIAPAR parou de dar esse suporte, que o apoio hoje que
440 o Estado repassa é de R\$50 mil (cinquenta mil reais) por mês para manutenção dessa equipe, destacando que as
441 demandas aumentaram, não necessariamente nas rodovias, mas em geral, que o Município hoje tem essa demanda de
442 ter mais uma Unidade de Suporte Básico, que atualmente há 02 de Suporte Básico e 01 de Suporte Avançado, fazendo
443 lembranças que periodicamente, mas não com tanta constância o Ministério da Saúde realiza compras centralizadas de
444 ambulâncias e faz o repasse, que no momento podem receber essa ambulância também do Ministério ou via Emenda
445 Parlamentar, como já fizeram anteriormente. Comunica que a ambulância é equipada da mesma forma que as Unidades
446 de Suporte Básico para realizarem esse tipo de atendimento, que se amanhã ou depois a Viapar ou outra empresa tiver
447 uma nova concessão, que não tem uma perspectiva, mas que sabem que é uma área complexa, mas que independente
448 disso o Município já tem demandas para ter mais uma Unidade de Suporte Básico. O Presidente Zanatta questiona ao
449 Plenário se estão esclarecidos, comunicando então de uma autorização do Conselho ou uma anuência diante de
450 demanda da Secretaria para o acréscimo de mais uma Unidade de Suporte Básico, passando para 03 Unidades de
451 Suporte Básico e 01 Avançado, ao que o Secretário Moacir comunica que esse processo que foi colocado para
452 discussão do Conselho primeiro, depois para a CIB – Comissão Intergestores Bipartite do Paraná e CIR – Comissão
453 Intergestores Regional, faz parte do novo processo de credenciamento junto ao Ministério. O Presidente Zanatta indaga
454 novamente ao Plenário se estão esclarecidos ou se alguém gostaria de fazer comentário, ou se há alguma disposição
455 em contrário e não havendo a mesma é considerada aprovada e autoriza por unanimidade. Ato contínuo, o Presidente
456 Zanatta informa venceram a presente Pauta, fazendo novamente a ressalva que foi suprimido o 4º Ponto de Pauta,
457 sobre a questão Materno Infantil, sugerindo ao Secretário Moacir que se não tiver nada mais relevante para a próxima
458 reunião, será retomado esse assunto na próxima reunião, que as duas profissionais tanto a da Santa Casa, quanto a da
459 Secretaria se tiver uma dificuldade dessa natureza, será feito então em outro período, diurno portanto, trazendo através
460 da COMTEFIS (Comissão Técnica e de Fiscalização), ao que o Conselheiro Alecsandro sugere para ser feito um vídeo
461 destas e apresentar no Conselho, tendo como resposta pelo Presidente Zanatta que poderiam apresentarem algo dessa
462 natureza, que queriam era fomentar com a presença das duas portas de entrada, ou as três portas de entrada, que são
463 as diversas Unidades, que é uma porta, a porta de entrada do CISAM, que é a Rede Especializada do Município e a
464 porta hospitalar, que então pudessem fazer uma interlocução, mas que como não foi possível foi suprimido, assim como
465 também geraram uma demanda da Vigilância Sanitária, o qual não puderam comparecer, ficando para agenda futura. O
466 Secretário e Vice-Presidente Moacir comunica alguns informes, relatando que já foi feito matéria, mas para título de
467 informação que tem que ser divulgado para a população da Região a ciência, destacando que tem várias casas
468 alugadas que funcionam como Unidades Básicas de Saúde, que ao poucos estão retomando, com algumas Unidades
469 novas que estão conseguindo através de parceria com o Estado ou até mesmo as alugadas, que recentemente devido
470 há uma necessidade de problemas estruturais da casa da Vila São João houve uma mudança de endereço, salientando
471 que depois pegará o nome, número para que possam também divulgar para o pessoal da Região, comunica que é uma
472 casa um pouco mais adequada e maior, que já garantiram um espaço também naquela Unidade, que agora todas as
473 Unidades novas estão presando para que se tenha o Consultório Odontológico, que nessa Unidade futuramente terá
474 uma equipe de Saúde Bucal na Vila São João, sendo que atualmente são referenciados para a Unidade do Petrópolis,
475 que há essa distância, dificuldade de acesso e que muitos não conhecem, que essa casa fica na Região do bairro,
476 dentro da área descrita da Unidade, que estão então no processo de aquisição de equipamentos e em breve estarão
477 com Consultório Odontológico naquela Unidade. O Secretário Moacir continua a fala relatando sobre o projeto do
478 Oftalmo nas Escolas, afirma que tem dado continuidade e todas as semanas, sendo que foram mais de 600
479 (seiscentos) alunos consultados, que os óculos começaram a serem entregues agora, que passa por todo um processo
480 consulta inicial, encaminhamento para uma consulta complementar quando há necessidade ou algum problema, que já
481 foram diagnosticados alguns casos graves e inclusive cirúrgico de crianças e adolescentes durante essas primeiras
482 consultas, que acha que são casos importantes de serem relatados também. Salienta que até o final do ano em todos
483 os mais de 1.300 alunos do 5º ano das Escolas Públicas, passem por essa primeira consulta, mas que não só isso mas
484 que a garantia do óculos também aconteça, que tiveram 01 ótica, mas que poderiam ter várias, pois o credenciamento é
485 aberto, mas nem sempre o preço que as óticas acham que isso é o compensatório da tabela do CISVIR para a oferta do
486 óculos, que os óculos e as consultas que estão sendo ofertados é por contratualização do CISVIR, com os profissionais
487 e Prestadores também destaca, que com isso garantiram o fornecimento dos óculos também para as crianças, que
488 limitaram esse projeto no primeiro momento por uma questão financeira, que pretendem ampliar o projeto, que o



489 principal era de não deslocarem o paciente para Apucarana, que era a única ótica que tinha credenciada da Região,
 490 salientando que toda e qualquer ótica está aberta para fazerem o credenciamento no CISVIR e atenderem pelo SUS –
 491 Sistema Único de Saúde, que é o que acontece na Rede Privada, que alguns acham que vale a pena e outros não, que
 492 há uma ótica credenciada. O Secretário Moacir comunica sobre a questão do raio-X, que o novo edital está em fase de
 493 finalização para ser publicado, que há uma discussão em relação ao financeiro, mas que é muito provável que seja
 494 publicado duas vezes na tabela SUS, com um valor um pouco maior do que hoje o CISVIR trabalha, mas que há
 495 sempre há esperança de que tenha algum Prestador do Município de novo para não precisarem deslocar o paciente
 496 para Apucarana ou para alguma outra cidade, frisando que atualmente está sendo em Apucarana para realizarem esse
 497 exame; menciona também que nesse mês começaram a ampliar a oferta da endoscopia e colonoscopia, diante a
 498 capacidade do Município, com base nas Emendas Parlamentares que chegaram e que ajudou a Emenda da Atenção
 499 Básica, deixando claro que não receberam a Emenda de Média Complexidade, que desonerando o Município um pouco
 500 na Atenção Básica conseguiram com Recursos Livres potencializar alguns gargalos, citando exemplo de algumas
 501 cirurgias ginecológicas, que estão sendo feitas na Santa Casa, que porém em Faxinal abriu vagas para toda a Região,
 502 inclusive Arapongas, Apucarana e outros Municípios, para fazerem cirurgias ginecológicas pelo valor da AIH –
 503 Autorização de Internação Hospitalar, que então tem as cirurgias via CISVIR na Santa Casa, quanto uma parte da
 504 demanda de pacientes indo para Faxinal, que estes não tem elo de encaminhar e que não gostariam, mas que quando
 505 há necessidade de encaminhar para Município menor, ressaltando que está sendo bem feito, que teve a oportunidade
 506 de ir ao local e que conhece o Gestor, que teve reformas do hospital há pouco tempo, que estão então fazendo pelo AIH
 507 cirurgias ginecológicas e o porque não mandar dentro do número de vagas que estão sendo oportunizadas. O
 508 Presidente Zanatta questiona ao Secretário Moacir se não é hospital Municipal, tendo como resposta que foi
 509 terceirizado, que é do Município mas terceirizado, assim como fizeram com o 24 hrs, sendo o mesmo grupo de Gestores
 510 que coordenam o Hospital de Santa Mariana. Desta forma, não havendo nada mais a tratar o Secretário e Vice-
 511 Presidente Moacir e o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente todos os que participaram desta Plenária,
 512 dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao
 513 Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em de 08 de setembro de 2022 lavramos a presente Ata.

NOME	SEGMENTO	ASSINATURA
Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR	Prestadores	
Heloísa Toledo Volpato – Titular - Santa Casa	Prestadores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – SindSaúde	Trabalhador	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhador	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhador	
Antonio Jorge Magro – Titular – Associação de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Sérgio Aparecido Ribeiro da Silva – Suplente – AIABA	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	

514
515